

Informação estatística oficial do país reunida num único volume

Está disponível o mais recente Anuário Estatístico de Portugal (AEP), um compêndio de informação estatística oficial regularmente publicada, que constitui uma obra de referência para quantos desejam obter, num único volume, um completo retrato estatístico do país, em diversos domínios de análise.

Ao longo de quase setecentas páginas, o AEP de 2011 organiza a informação nacional em quatro grandes temas:

O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado. A publicação contém tabelas de dados, uma breve análise da evolução dos principais indicadores face a 2010 e comparações de Portugal com a União Europeia.

O AEP está disponível nas bibliotecas do INE e da Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior, bem como em cerca de 1 200 bibliotecas escolares dos ensinos básico e secundário. Na versão *online* (em www.ine.pt) para consulta e importação gratuitas, o AEP disponibiliza séries temporais mais alargadas (1990-2011) do que a versão impressa.

Enquadramento populacional

Nota Prévia: Os resultados definitivos dos Censos 2011, divulgados pelo INE em 20 de novembro de 2012, fixaram em 10 562 178 o total da população residente em Portugal, no momento censitário, 21 de março, o que traduziu um pequeno aumento (2%) da população residente na década intercensitária (2001-2011). O presente Destaque aborda a realidade populacional relativa a 31 de Dezembro de 2011 (vd nota de rodapé 1).

Em 2011 verificou-se uma diminuição da população residente, tal como já acontecera no ano anterior, mas agora de forma bastante mais acentuada. A população estimada é de 10 541 840 residentes, menos 30 317 do que em 2010, o que representou uma taxa de crescimento efetivo

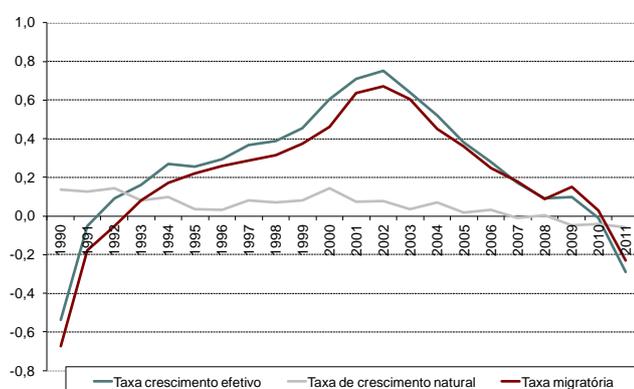
na ordem de -0,29% (que compara com a taxa de -0,01% registada em 2010)¹.

A diminuição da população é resultante das seguintes tendências: por um lado, a taxa de crescimento natural tem apresentado um perfil descendente, com valores moderados desde 2001, passando a evoluir negativamente a partir de 2009; por outro lado, a taxa migratória, que tem fornecido a principal e única contribuição, nos anos mais recentes, para a variação positiva da população, diminuiu em 2011, em que se situou em -0,23%, depois de ter desacelerado fortemente em 2010, tendo passado de 0,15% para 0,03%, de 2009 para 2010.

¹ Esta análise foi realizada com base no exercício *ad-hoc* de Estimativas da População Residente para 2010 e 2011 (INE), ajustadas aos Resultados Provisórios dos Censos 2011.

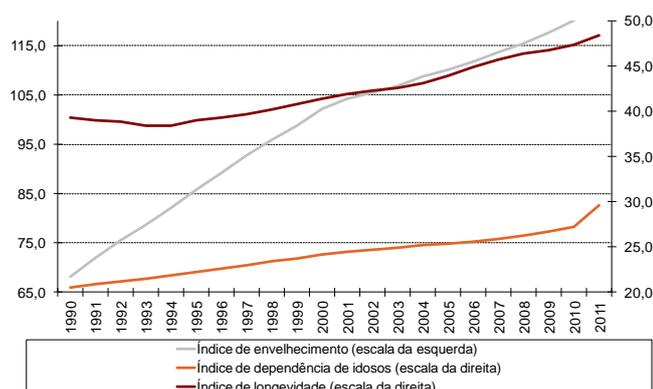
O saldo migratório tem sido determinante para o perfil de evolução da população residente. A média das taxas de crescimento da população, entre 1990 e 2010, foi de 0,32%, que resultou dos contributos da taxa migratória em 0,27% e da taxa natural em 0,055%. Considerando separadamente a década de 90 e aquela que se iniciou em 2000, os contributos foram, pela mesma ordem, de 0,19% e de 0,089%, na primeira década, e de 0,34% e de 0,02%, na segunda década (**Gráfico 1**).

Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da População



O peso da população idosa mantém um perfil ascendente, em consequência das tendências de diminuição da fecundidade e de aumento da longevidade. Desde 1990 que a proporção de indivíduos com idade inferior a 24 anos apresenta uma tendência de sistemática redução. Na década de 90 representava, em média, 33,7% do total, enquanto na década seguinte já valia um pouco menos de 28,1%, e em 2011 representava 26,0% (**Gráfico 2**).

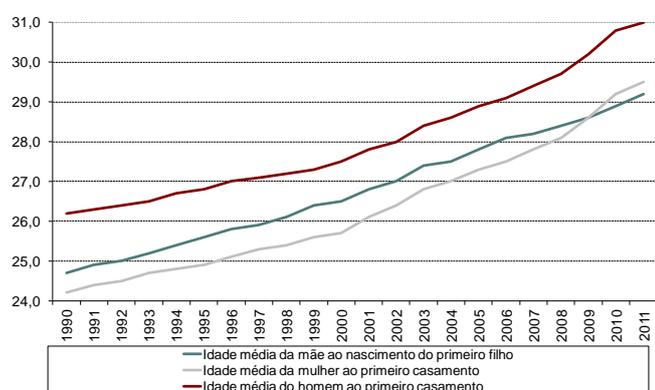
Gráfico 2 – Efeitos na estrutura etária



A taxa de fecundidade geral atingiu um máximo de 46,1‰ em 2000, tendo decaído a partir daí, com pequenas oscilações, para se situar em 39,8‰ em 2010, voltando a diminuir para 38,7 ‰ em 2011. Por outro lado, neste último ano o índice de longevidade foi de 48,4, o nível mais elevado desde 1990, sendo evidente uma tendência de aumento a partir de 1995, ano em que este indicador se situava em 39,0%. O rácio entre a população com mais de 65 anos e a população até 14 anos (índice de envelhecimento) atingiu também o seu ponto mais elevado, alcançando 131,3%, quando em 2000 era de 102,2% e em 1990 fora de 68,1%.

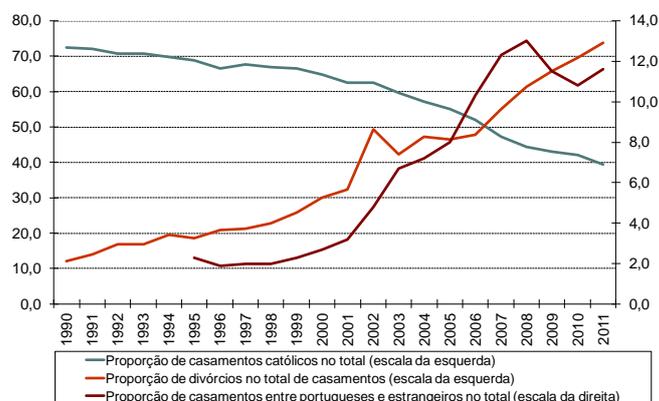
Estas tendências populacionais têm-se desenvolvido num contexto de mudanças de comportamentos sociais, evidenciados por um conjunto de indicadores. As médias das idades das mulheres quer à data do primeiro casamento quer ao nascimento do primeiro filho foram sistematicamente aumentando desde 1990. Assim, em 2011 a idade ao primeiro casamento era de 29,5 anos (25,7 anos e 24,2 anos, em 2000 e 1990, respetivamente), enquanto a idade ao nascimento do primeiro filho se situava em 29,2 (26,5 anos e 24,7 anos, para os mesmos períodos e pela mesma ordem). A média da idade dos homens ao primeiro casamento também foi aumentando, sendo de 31 anos em 2010 (27,5 anos e 26,2 anos em 2000 e em 1990, respetivamente). A diferença de idades entre homem e mulher ao primeiro casamento tem diminuído progressivamente: era de 2 anos em 1990, de 1,8 anos em 2000, estabilizou entre 2002 e 2010, e diminuiu para 1,5 anos em 2011 (**Gráfico 3**).

Gráfico 3 – Indicadores de nupcialidade e de natalidade



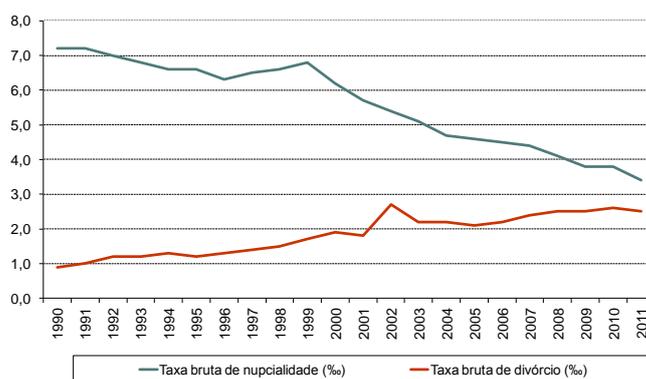
Paralelamente, o número de casamentos tendeu a diminuir, com especial incidência a partir de 2000. Na década de 90 a diminuição foi de fraca intensidade (a média das taxas de variação foi de -0,4%), mas na década seguinte a quebra foi muito mais acentuada (média de -5,1%). Em 2010 a taxa de variação foi de -1,0%, mas em 2011 voltou a registar-se uma forte diminuição (-9,9%). Neste último ano os casamentos celebrados representavam menos de 57,0% dos celebrados em 2000. O número de casamentos católicos celebrados foi acompanhando esta tendência descendente, e até de forma mais intensa, representando apenas em 2011 cerca de 34,0% do número de 2000. Desde 2007 que a proporção de casamentos católicos celebrados caiu para menos de metade do total dos casamentos, atingindo o valor de 39,5% em 2011 (em 2000 e em 1990 esta proporção era 64,8% e de 72,5%, respetivamente). A proporção de casamentos entre estrangeiros e portugueses manifestou uma tendência contrária até 2008, ano em que atingiu o seu valor máximo, mas desde então também diminuiu para 10,8% em 2010, aumentando em seguida para 11,6% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Casamentos e divórcios



O número de divórcios tomou uma tendência contrária à dos casamentos celebrados. Considerando 1990 como referência, em 2000 o seu número duplicou, tendo triplicado em 2010. No período mais longo, o número de divórcios registou uma taxa média de crescimento anual de 6,0%, embora entre 2000 e 2010 o ritmo tenha sido mais moderado, de 3,7%. A evolução em 2001 contrariou a tendência longa, registando-se uma variação de -4,7% (Gráfico 5).

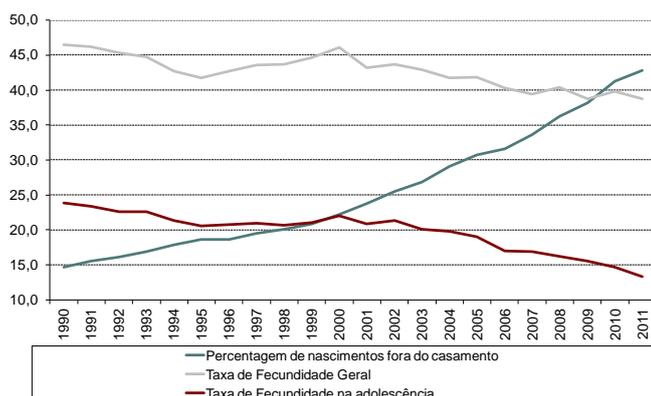
Gráfico 5 – Taxas de nupcialidade e de divórcio



A percentagem de nascimentos fora do casamento foi também aumentando, passando do valor de 22,2% em 2000 para 42,8% em 2011 (74,5% dos quais com coabitação dos pais). Manteve-se a tendência de diminuição da taxa de fecundidade na adolescência que se verifica desde 2000. Nesse ano a taxa situou-se em 22,0‰, aproximadamente a média dos níveis do início da

década anterior, mas desde então o movimento descendente foi nítido, atingindo-se uma taxa de 13,3% em 2011. A taxa de fecundidade geral foi diminuindo desde 2000, oscilou em torno de 40,0‰ entre 2007 e 2010, e diminuiu para 38,7‰ em 2011 (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 – Indicadores de natalidade

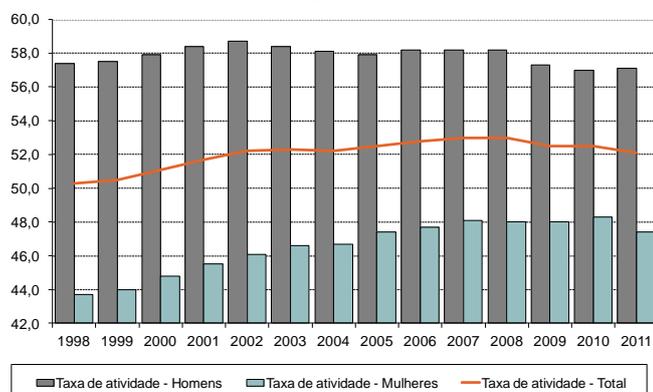


Enquadramento socioeconómico

População ativa, emprego e desemprego

Em 2011 a população ativa diminuiu em termos absolutos e também em percentagem do total da população residente, fixando-se a taxa de atividade em 52,1%, menos 0,4 p.p. (pontos percentuais) do que nos dois anos anteriores (**Gráfico 7**).

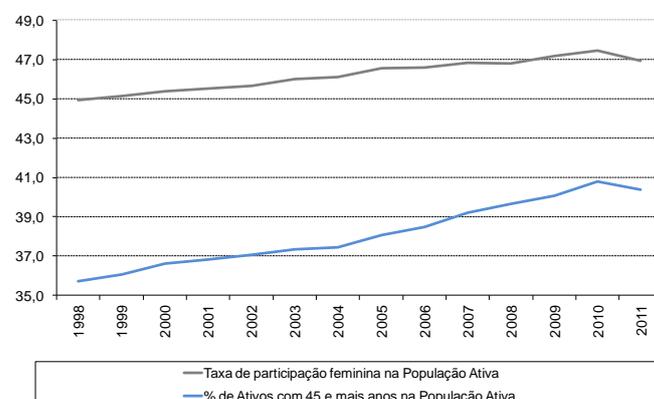
Gráfico 7 – Taxas de atividade



Contrariamente, entre 1998 e 2008 a população ativa aumentara cerca de 10,4%, correspondendo a cerca de

mais 529 mil indivíduos. A evolução nos três anos seguintes foi negativa, determinando uma diminuição face a 2008 de cerca de 82 mil indivíduos. Para a redução nos últimos anos terá contribuído a situação recessiva da economia, diminuindo a oferta de empregos, e assim também os incentivos quer a passagem para uma situação de atividade, quer à entrada líquida de indivíduos para o espaço económico nacional (saldo migratório) (**Gráfico 8**).

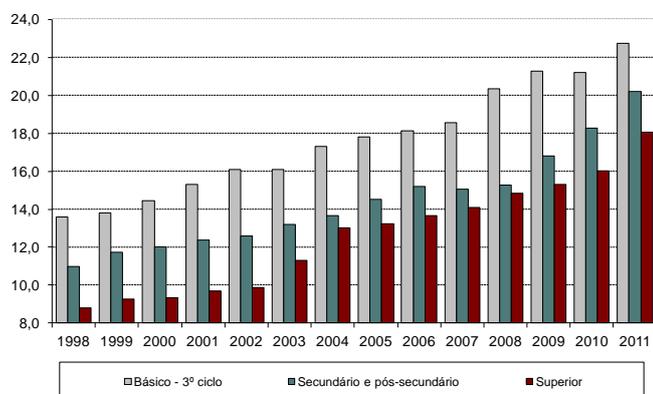
Gráfico 8 – Indicadores de composição da População Ativa



O grau de qualificação da força de trabalho aumentou, a avaliar pelo grau de escolaridade da população ativa: entre 1998 e 2008, ao referido aumento de 529 mil indivíduos na população ativa correspondeu um aumento de cerca de 685 mil indivíduos tendo pelo menos o ensino secundário concluído (cerca de 386 mil com escolaridade de nível superior). Deste modo, o peso deste grupo representou à volta de 30,1% do total da população ativa, quando em 1998 se situava em 19,8%. A diminuição da população ativa total nos três anos mais recentes, não se transmitiu à sua parte mais qualificada, uma vez que a proporção da população com pelo menos o ensino secundário se manteve em crescimento e até a uma taxa mais elevada. Entre 1988 e 2008 a taxa de crescimento média anual foi de

5,3%, enquanto entre 2008 e 2011 se situou em 7,8%, a que correspondeu um aumento de cerca de 386 mil indivíduos. No entanto, a proporção de ativos com nível de escolaridade correspondente ao ensino superior continuou relativamente baixa, por comparação com a UE27. Em termos de emprego, em 2011 a proporção de empregados com curso superior (3º nível, ISCED97) foi de 19,7% em Portugal, o que compara com a proporção de 29,9% que se verificou na UE27; este diferencial situou-se em 10,2 p.p. em 2011, o que traduz uma melhoria apreciável de cerca de 1,3 p.p. relativamente a 2010, retomando uma tendência descendente, após a estabilização que ocorrera nos dois anos anteriores (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Níveis de escolaridade completa da População Ativa



O emprego diminuiu à taxa de -2,8% em 2011, no seguimento das quebras de -1,5% e de -2,8% dos anos anteriores, contrariando o movimento de recuperação que se verificara entre 2006 e 2008. Em termos absolutos, a redução entre 2009 e 2011 foi na ordem de 361 mil empregos, mais do que anulando a criação de emprego que se registara entre 1998 e 2008. Esta diminuição no triénio foi sobretudo determinada pela evolução do emprego dos trabalhadores por conta própria, cuja redução representou quase 57,0% da

redução global, logo seguida pela dos assalariados com contrato sem termo, representando cerca de 22,0%; a diminuição do emprego assalariado com contrato a termo foi de cerca de 15,0% da redução total (Gráficos 10 e 11).

Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do emprego

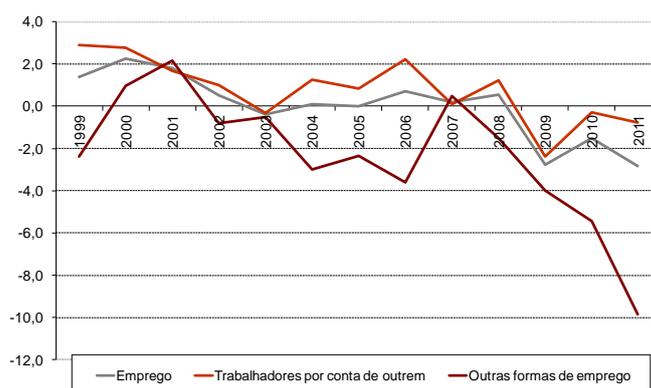
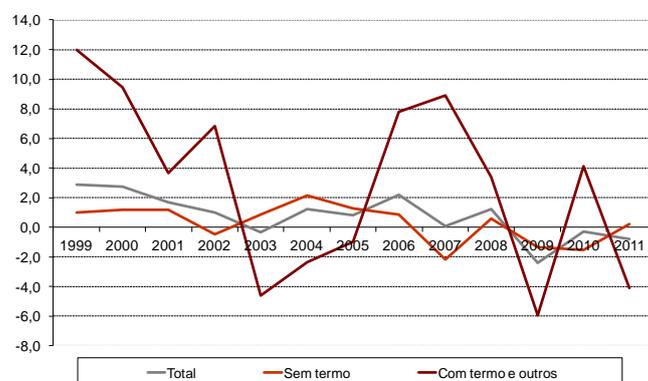
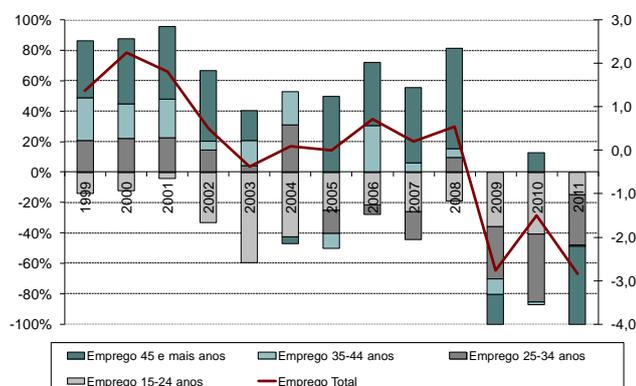


Gráfico 11 – Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato



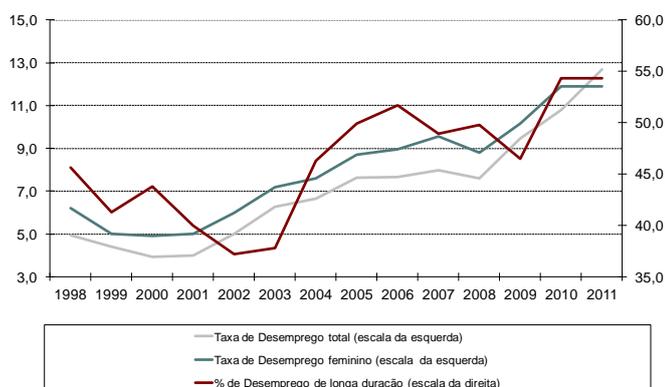
Comparando o mais recente triénio com o período de 1988 a 2008, em que houve geração de emprego, verifica-se que a destruição foi superior à criação de emprego, embora por uma margem mínima. A destruição foi superior no emprego por conta própria (menos 252 mil), e o contrário se verificou no emprego por conta de outrem (mais 363 mil), sendo o remanescente negativo e referente a outras situações (trabalhadores familiares não remunerados, trabalhadores em cooperativas) (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Contribuições (%) do emprego por faixas etárias para a taxa de variação anual do emprego total



A taxa de desemprego em 2010 foi de 10,8%, a taxa mais elevada desde o início da série, em 1998. Este aumento traduziu-se num agravamento generalizado da taxa de desemprego das categorias consideradas. A taxa de desemprego dos homens foi de 9,8% e a das mulheres atingiu 11,9%. A categoria etária com mais elevada taxa de desemprego, correspondente à faixa entre 15 e 24 anos, teve o aumento mais acentuado, de 2,3 p.p., agravando-se a taxa para 22,4%. Seguiu-se a faixa entre 25 e 34 anos, cuja taxa de desemprego se situou em 12,7% (Gráfico 13).

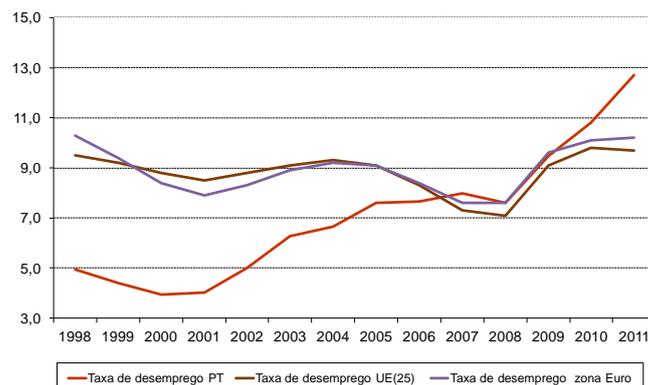
Gráfico 13 – Desemprego feminino e de longa duração



Em 2011 o número de desempregados há mais de um ano aumentou 14,6% (correspondendo aproximadamente a cerca de 48 mil indivíduos), e o aumento do número de desempregados há menos de um ano foi

de 21,3% (mais aproximadamente 58 mil indivíduos), pelo que a proporção de desemprego de longa duração diminuiu 0,8 p.p., para 53,1% do total do desemprego. Este tipo de desemprego é atualmente mais elevado em Portugal do que a média europeia. Em proporção da população ativa e para 2011, o desemprego de longa duração representava em Portugal cerca de 6,2%, o que compara com a taxa de 4,1% referente à UE27, e traduz uma inversão relativamente ao que se verificava até metade da década passada (em 2000 as percentagens foram de 1,9% e 4,1%, para Portugal e a UE27, respetivamente) (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Taxa de desemprego em Portugal, na UE25 e na zona Euro

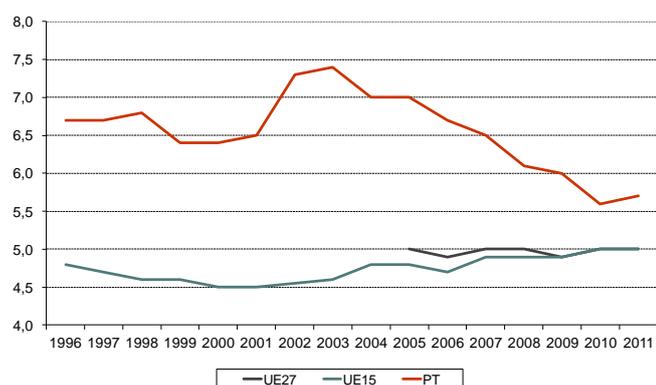


Rendimento e condições de vida das famílias

Em 2010 registou-se um ténue agravamento da desigualdade na distribuição do rendimento, contrariando a tendência que se observava desde 2003. O risco de pobreza estabilizou num patamar baixo face ao nível em que se situara em 2003, embora com diferenças apreciáveis quando se consideram diferentes estratos da população. Por outro lado, manteve-se a tendência para a generalização da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) pelos agregados familiares.

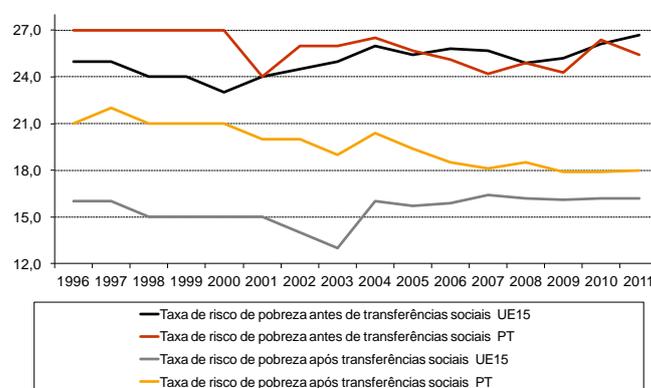
Tomando os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, estima-se que em 2010 o rendimento monetário líquido equivalente de 20% da população com maior rendimento tenha sido 5,7 vezes superior ao rendimento de 20% da população com menor rendimento. Este valor representa um ligeiro acréscimo face aos resultados referentes a 2009, embora sejam perceptíveis as melhorias relativamente à primeira metade da década (em 2005 o índice foi de 6,7 e em 2003 situara-se em 7,0). O indicador continua a refletir uma situação de maior desigualdade relativamente à média europeia, ainda que em menor grau nos anos mais recentes, e apesar do pequeno aumento registado em 2010. Este menor diferencial deve-se às melhorias já assinaladas para Portugal desde 2003 e a uma estabilização ou mesmo algum agravamento verificado nos últimos anos à escala europeia. No caso da UE27 este indicador tem oscilado entre 4,9 e 5,0 desde 2004. A comparação da situação portuguesa com a da área do euro fornece o mesmo tipo de resultados, ou seja, maior grau de desigualdade na distribuição de rendimento e atenuação tendencial dessa disparidade desde 2006, também devido a andamentos opostos dos indicadores em Portugal e na Zona Euro (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)



Segundo os dados do mesmo inquérito, estima-se que em 2010 o risco de pobreza, avaliado pela proporção de população com rendimento monetário líquido equivalente abaixo de 60% do rendimento mediano, se tenha situado em 18,0%, a que corresponde um aumento de 0,1 p.p. relativamente à proporção referente a 2009. Este indicador já toma em conta quer os rendimentos provenientes das pensões (velhice e sobrevivência), quer as transferências sociais (relacionadas com a doença e incapacidade, apoio à família, desemprego e inserção social). Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, o risco de pobreza seria na ordem 42,5%; considerando adicionalmente as pensões, o risco de pobreza diminuiria para 25,4% (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Taxa de risco de pobreza



Comparando com a UE15, o risco de pobreza tem sido mais elevado em Portugal, o que numa primeira fase se deveu tanto ao diferencial de risco antes das transferências sociais, até 2003, aproximadamente, como ao menor impacto das transferências sociais. Porém, a partir de 2004 o diferencial do risco de pobreza antes das transferências face à UE15 atenuou-se ou mesmo inverteu-se, passando a contar sobretudo o diferencial do impacto das transferências, que aliás foi diminuindo.

do. Em consequência, registou-se uma tendência para a diminuição do diferencial face à UE15. A partir de 2008 e nos dois espaços económicos, o indicador de risco de pobreza antes das transferências inverteu o seu perfil, tendo passado a ser mais elevado na EU15 do que em Portugal. Porém, O impacto das transferências na UE15 foi muito mais benéfico, pelo que o indicador em Portugal se manteve acima do da UE, constata-se uma relativa estabilização do seu diferencial, em cerca de 1,8 p.p..

O risco de pobreza continua a apresentar diferenças de acordo com o género (não muito significativas), a idade dos indivíduos (mais acentuadas nos jovens e nos idosos), a composição do agregado familiar (penalizando os agregados mais numerosos e as famílias com um adulto e crianças), a condição perante o trabalho (os desempregados têm um risco de pobreza mais elevado). Comparando com 2003, em geral a tendência tem sido de lenta diminuição, embora haja alguma diferenciação nos estratos em que o critério é a combinação de número de adultos com número de crianças. Revelam-se ainda duas marcadas exceções: a acentuada diminuição de risco da população com mais de 65 anos (e também da população reformada) e o maior agravamento da população desempregada, agravando a sua posição de estrato com maior risco de pobreza.

A estrutura da despesa de consumo final pelas famílias segundo as 12 classes da Classificação do Consumo Individual por Objetivo sofreu alterações significativas na última década, aliás em prolongamento do que já se verificara entre 1995 e 2000. As mais relevantes consistiram no aumento das despesas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, na ordem de

9,0 p.p., e na diminuição das de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, em cerca de 4,5 p.p.. Mas também as despesas em móveis e em equipamentos domésticos, bem como de vestuário e de calçado e, em menor grau, em bebidas alcoólicas e tabaco e em transportes registaram diminuições apreciáveis. Em contrapartida, os aumentos, menos substanciais, verificaram-se nas despesas de comunicações, lazer, distração e cultura, e no ensino (**Gráfico 17**).

Considerando as diferenças na estrutura da despesa em consumo por quintil de rendimento em 2010/2011, é aparente uma mudança nos padrões de consumo consoante em concordância direta com os quintis de rendimento. Nos primeiros quintis privilegia-se a despesa em bens alimentares e bebidas não alcoólicas, em habitação, água e energia, e em saúde. Em contrapartida, no 5º quintil as despesas em hotéis, restaurantes, transportes, lazer e cultura têm relativamente maior importância (**Gráfico 17**).

Gráfico 17 – Diferenças nas estruturas de despesas de consumo das famílias

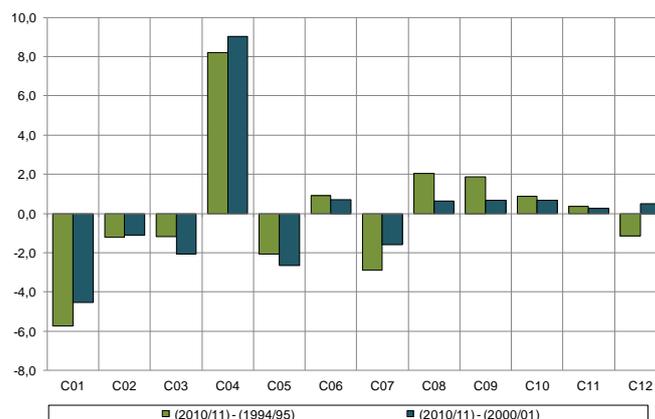
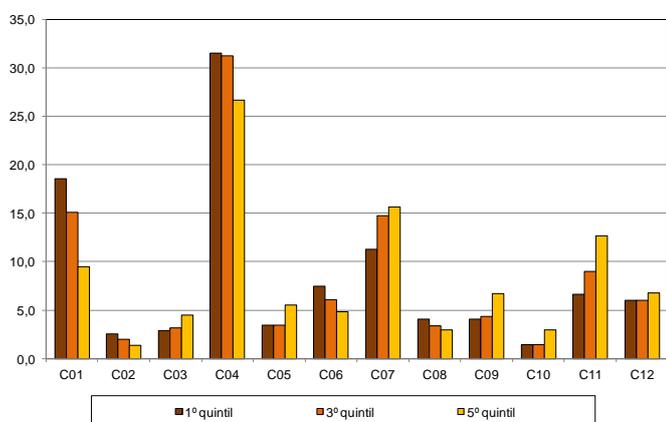


Gráfico 18 – Diferenças nas estruturas de despesa de consumo por quintil de rendimento



Legenda

Classes da Classificação do Consumo Individual por Objetivo	
C01	Produtos Alimentares e bebidas não alcoólicas
C02	Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes
C03	Vestuário e calçado
C04	Habituação; água, eletricidade, gás e outros combustíveis
C05	Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação
C06	Saúde
C07	Transportes
C08	Comunicações
C09	Lazer, distração e cultura
C10	Ensino
C11	Hotéis, restaurantes, cafés e similares
C12	Outros bens e serviços

Em 2011, a taxa de privação material (a percentagem de pessoas que nesse período viviam em agregados em que se verificava a falta de pelo menos três dos nove itens de privação por motivos económicos) foi de 20,9%, o que representa um decréscimo de 1,6 p.p. relativamente a 2010. Porém, este indicador não apresenta uma tendência evidente, antes tem oscilado em torno de 21,0% desde 2004 (em que se situou em 21,7%). Considerando uma estratificação por classes etárias, verifica-se que apenas na classe de mais de 65 anos há uma tendência perceptível de diminuição (o indicador tomou o valor de 21,3% em 2011, quando em 2004 se situara em 31,1%).

Manteve-se em 2011 a tendência para a difusão junto das famílias das TIC, a avaliar pelo conjunto de indicadores disponíveis, os quais apresentam aumentos significativos face ao observado em 2010, inserindo-se em tendências claras de crescimento. Em 2011, 63,7% dos agregados familiares possuíam computador, o que representa um acréscimo de 4,2 p.p. face ao ano precedente, e mais 21,2 p.p. do que em 2005. A *internet* podia ser acedida por 58,0% dos agregados (53,7% em 2010), e mais de 56,6% podia fazê-lo através da banda larga (50,3% em 2010), quando em 2005 os correspondentes valores eram de 31,5% e de 19,7%.

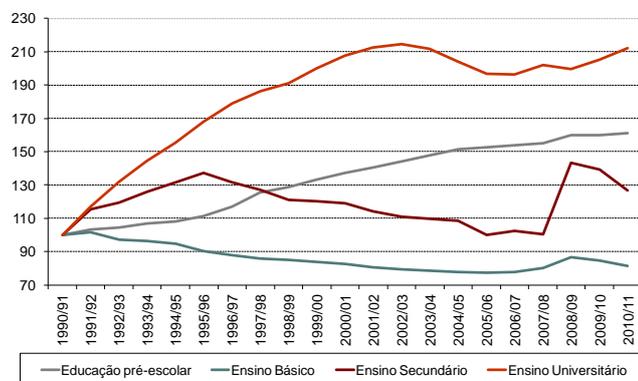
Educação

A evolução da estrutura escolar ao longo das duas últimas décadas foi determinada por fatores com impacto de intensidade e durabilidade diferenciados: a Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, a tendência de diminuição da taxa natural da população, o esforço de extensão do ensino pré-escolar e o reforço do ensino superior, bem como a expansão do ensino privado. Mais recentemente, registou-se um processo de certificação de competências e um esforço de expansão do ensino profissional.

Após se ter desvanecido o efeito da aplicação da Lei de Sistema Educativo de 1986, que regulamentou a escolaridade obrigatória de nove anos, a dinâmica da população escolar passou a ser comandada pela diminuição da taxa de crescimento natural da população. Assim, a partir de 1991/1992 desenvolveu-se uma tendência de diminuição da população escolar do ensino básico, iniciada na população do 1º ciclo e alastrando aos restantes ciclos (o movimento de descida no 3º ciclo iniciou-se em 1995/1996). Como resultado, entre

1990/1991 e 2000/2001 a população no básico diminuiu cerca de 18,0%, voltando a diminuir cerca de 3,0% entre a última data e 2007/2008. Porém, nos dois anos seguintes registaram-se aumentos face ao número de inscritos verificados em 2000/2001. Estes acréscimos foram fundamentalmente determinados pelas inscrições de adultos no 2º ciclo e, sobretudo, no 3º ciclo do ensino básico (em cada ano o aumento foi superior a 100 000 inscrições para o conjunto do ensino básico), especialmente no âmbito do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (SRVCC). Em 2010/2011, este efeito começou a esbater-se, baixando já o nível de inscritos face ao resultado daquele ano (**Gráfico 19**).

Gráfico 19 – Índices de população escolar por tipo de ensino (1990/1991=100)



No ensino secundário, a tendência decrescente começou em 1996/1997, pelo que entre 1990/1991 e 1999/2000 ainda se registou um aumento de cerca de 20,0% na população. Seguiu-se uma diminuição em 2007/2008 face a 2000/2001 de 14,3%, tal que o efeito final foi aproximadamente de estabilização da população relativamente ao nível registado em 1990/1991. Nos três anos mais recentes verificou-se um fenómeno semelhante ao observado no ensino básico, mas mais volumoso. O aumento médio em 2008/2009 e

2009/2010 das inscrições ligadas ao SRVCC e a cursos de educação e formação de adultos alcançou um número superior a 119000, tendo este fluxo diminuído para cerca de metade em 2010/2011. As inscrições de jovens também aumentaram relativamente ao número de inscrições de 2008/2007, representando 18,0% e 29,1% dos aumentos registados em 2008/2009 e 2009/2010, respetivamente, e 46,3% do aumento de 2010/2011.

Os indicadores disponíveis sobre a aplicação das TIC no ensino, ainda escassos em dimensão temporal e em variáveis abrangidas, continuaram a melhorar. O rácio “número médio de alunos por computador” no ensino básico, dizendo respeito apenas ao Continente, foi de 2,0 no ano letivo 2009/2010, quando em 2007/2008 e em 2008/2009 se situara em 7,9 e em 2,1, respetivamente. No secundário, o mesmo indicador foi de 3,6, o que compara com os valores de 5,9 e de 3,9 dos anos precedentes. Aliás, foi entre esses dois anos letivos que as melhorias foram substanciais, como se pode comprovar pelos valores daqueles rácios.

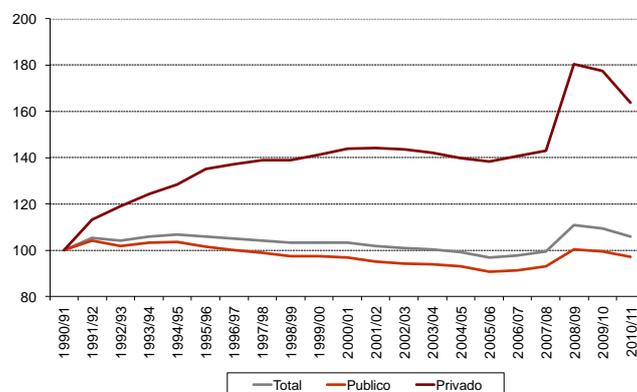
A expansão do ensino pré-escolar, não obrigatório, foi muito significativa nas duas últimas décadas. Em 1990/1991 a educação pré-escolar abrangia cerca de metade das crianças com idades entre os três e os cinco anos, enquanto em 2009/2010 cobria 85,0% do mesmo estrato populacional, sendo evidente a tendência crescente desta proporção entre os dois períodos. Para esta variação global contribuiu decisivamente a expansão da rede de educação pré-escolar pública, que a partir de 2000/2001 ultrapassou em número de alunos matriculados o ensino privado. Em 1990/1991 a quota do ensino público em termos de alunos inscritos

era na ordem de 44,0% e 2009/2010 esta proporção foi de cerca de 52,0%, embora inferior à proporção máxima de 53,3%, alcançada em 2007/2008.

Refira-se ainda a importância crescente do ensino privado em todos os níveis do ensino básico e no ensino secundário, tendo os respetivos pesos, em número de matrículas, registado tendências de aumento desde 1990/1991. Note-se o reforço quase contínuo do seu peso até 2009/2010 em todos os graus do ensino básico, especialmente no 3º ciclo, mantendo-se as proporções próximas dos respetivos máximos em 2010/2011.

Em todo o caso, neste último ano a importância relativa do ensino privado no total do ensino básico era de cerca de 14,0%, em termos do total de inscritos (em 1990/1991 e em 2000/2001, representava 7,9% e 10,1%, respetivamente). No ensino secundário o ensino privado ganhou também relevo, situando-se em 22,1% do total de inscritos em 2010/2011, o que compara com as proporções de 8,5% e de 16,8% em 1990/1991 e em 2000/2001, respetivamente). Ao invés, no ensino pré-escolar, a tendência foi de clara diminuição até 2004/2005, seguindo-se uma relativa estabilização, para um registo de aumentos nos anos de 2008/2009 a 2010/2011, situando-se a proporção de inscritos neste último ano em 48,0%. No ensino universitário, o peso do ensino privado aumentou até ao final da primeira metade da década de 90, declinando em seguida. Em 1995/1996 atingiu-se o peso máximo de 36,6%, em 2000/2001 a proporção já se situava em 29,4% e em 2010/2011 foi de 22,3% (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Índices de população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991=100)



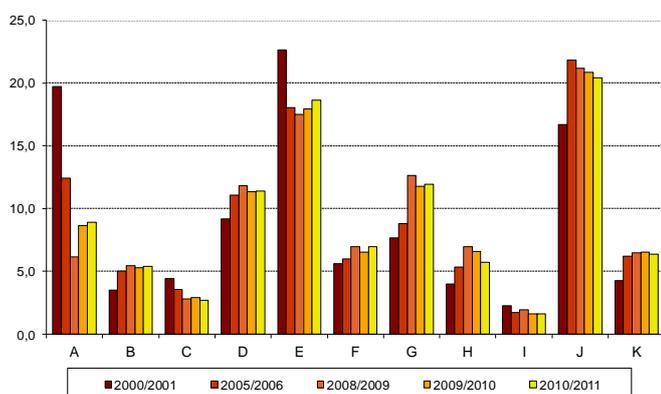
Registe-se o aumento da população escolar inscrita no ensino profissional, na ordem de 107 mil, o que traduz a sua multiplicação por um fator de 17,2 face ao valor de 1990/1991, e por um fator de 3,6 face ao 2000/2001. Este tipo de ensino representava em 2010/2011 cerca de 25,1% da população escolar do ensino secundário, o que compara com a proporção de 7,4% que se verificava em 2000/2001.

No ensino superior manteve-se a tendência crescente da taxa de escolarização, que em 2010/2011 foi de 31,5%, contra 15,1% no início da série (ano letivo 1994/1995). Este rácio, estabilizara em torno de 27,0% entre 2002/2003 e 2006/2007, mas voltou a tomar uma trajetória ascendente a partir de então.

Analisando o desempenho dos alunos do ensino universitário entre 2000/01 e 2010/2011, verifica-se que aumentou o número de diplomados, seja em termos absolutos (61,1 mil contra 87,1 mil), seja relativamente ao número de inscritos (15,8% contra 22,0%), se bem que neste último caso se tenha mantido o retrocesso face ao registado em 2006/2007 e em 2007/2008. A diferença em p.p. face a estes dois anos foi, no entanto, marginal e esteve associada a um maior número de

diplomados. Por outro lado, refira-se a alteração das preferências manifestadas, entre 2000/2001 e 2010/2011. Verificaram-se diminuições significativas nas proporções de diplomados nas áreas de Formação de Professores/Formadores, de Ciências Empresariais e de Humanidades. Em contrapartida, os principais aumentos observaram-se nas áreas de Engenharia e Técnicas Afins, da Saúde e Serviços Sociais, Ciências Sociais e de Comportamento, e da Arquitetura e Construção (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Diplomados por área de estudo



Legenda

A – Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação
B – Artes
C – Humanidades
D – C. Sociais e do comportamento, Informação e jornalismo
E – Ciências Empresariais, Direito
F – Ciências da Vida, Física, Matemática e Estatística, Informática
G – Engenharias e Afins, Indústria Transformadora
H – Arquitetura e Construção
I – Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária
J – Saúde, Serviços Sociais
K – Serviços

Em resultado destas mudanças, verificaram-se as seguintes principais alterações no posicionamento relativo das áreas de estudo: a Saúde e Serviços Sociais passaram da terceira para a primeira posição, as Ciências Empresariais e Direitos da primeira para a segun-

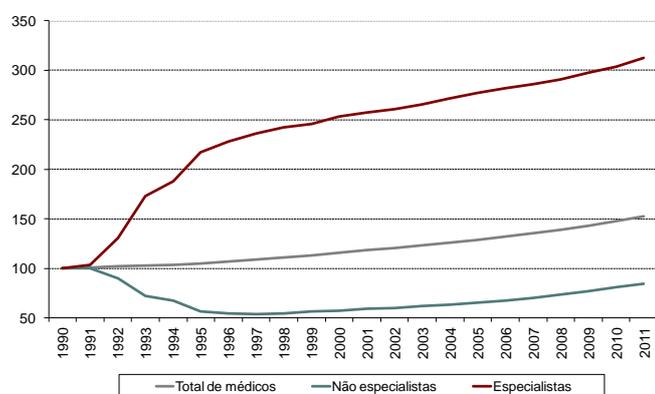
da, a Formação de Professores e Ciências de Educação desceram da primeira para a quinta posição e a Engenharia e Técnicas Afins subiram da quinta para a terceira posição. Comparando a estrutura de diplomados entre 2010/2011 e 2009/2010, verifica-se que a principal mudança consistiu na diminuição de 0,9 p.p. da importância relativa da Arquitetura e Construção.

Saúde

De acordo com a informação disponível, parte apenas referente até 2010, mantêm-se as tendências anteriormente detetadas de aumento dos recursos humanos no setor, com aumentos da capacidade de oferta em segmentos mais especializados e com maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

Analisando a componente de recursos humanos, manteve-se a melhoria contínua do rácio número de médicos por mil habitantes, que foi de 4,1 em 2011, quando no início da década se situava em 3,2. A mesma tendência, e até mais intensa, continuou a detetar-se no rácio número de enfermeiros por mil habitantes, que alcançou o valor de 6,1 no mesmo ano, quando em 2000 se situava em 3,7. Em 2011 havia cerca de 159 médicos especialistas por cada 100 médicos não especialistas, traduzindo uma ténue mas contínua diminuição deste rácio desde 2000, em que a relação era de 190 para 100 (Gráfico 22).

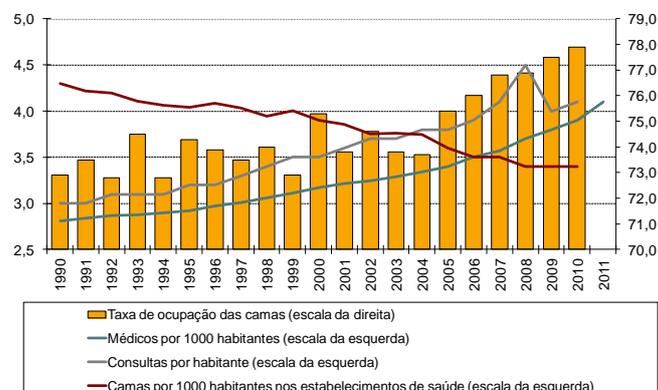
Gráfico 22 – Índices de médicos segundo a categoria



Relativamente à capacidade de internamento, em 2010 o número de camas nos hospitais (lotação praticada) era de 35 625 (35 635 em 2009), o que representa uma diminuição de 1 747 e de 2 540 face ao existente em 2005 e 2000, respetivamente, tendo ocorrido também diminuições nos centros de saúde (menos 665 e menos 1 087 camas, para os mesmos anos). Por outro lado, aumentou para 827 o número de salas de operações nos hospitais (mais 70 e mais 101, face a 2005 e a 2000, respetivamente), apesar da ligeira diminuição relativamente ao ano anterior.

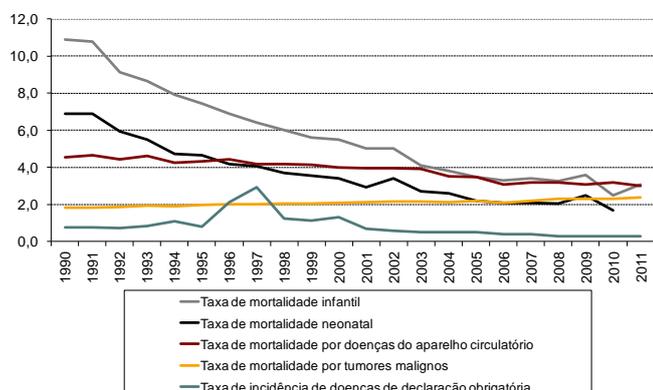
No que se refere aos serviços prestados, verifica-se uma tendência geral para o seu aumento, a avaliar pelos indicadores disponíveis. Em 2010 verificou-se uma ténue diminuição do número de grandes e médias intervenções cirúrgicas, mantendo-se assim este número muito próximo do máximo alcançado em 2009, e largamente superior ao que se registara em 2005, ano em que a tendência de aumento fora pontualmente contrariada. O número de consultas externas em 2010 aumentou nos hospitais 4,6% e nos centros de saúde 3,1%, em ambos os casos retomando as tendências anteriores (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde



Quanto aos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade, em 2011 a taxa de mortalidade aumentou para 3,1 óbitos por 1000 nados vivos, contrariando a contínua tendência de diminuição. Recorde-se que em 1990 o seu valor fora de 10,9, tendo diminuído quase continuamente até 2008, ano em que alcançou o valor de 3,3; em 2009 aumentou para 3,6 para logo a seguir alcançar o seu valor mínimo de 2,5. No que se refere às principais causas de morte em Portugal, do total de óbitos ocorridos em 2011, 30,7% foram provocadas por doenças do aparelho circulatório (redução de 1,1 p.p. face a 2010) e 24,8% por tumores malignos (aumento de 1,3 p.p.). Relativamente às respetivas taxas de mortalidade, a primeira retomou a tendência descendente interrompida em 2010, situando-se em 3,0‰, enquanto a segunda registou um ligeiro aumento, para 2,4‰, afastando-se do mínimo alcançado em 2006 (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Indicadores relacionados com a mortalidade



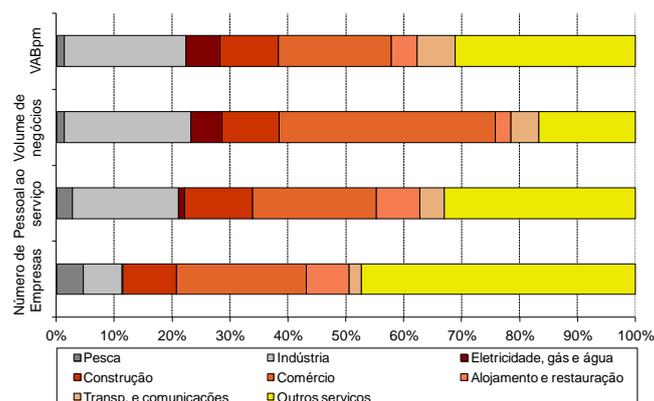
Atividade Económica

Empresas

Segundo os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), sendo a área de serviços predominante na estrutura empresarial (empresas não financeiras), apresentou comportamentos diferenciados entre 2009 e 2010, consoante os critérios considerados. Aumentou de importância relativa, quando considerando o número de empresas e o número de pessoas ao serviço, atingindo as quotas de 79,2% e de 66,2%, respetivamente, o que representou aumentos de 0,6 p.p. e de 1,0 p.p., face ao ano anterior, e tomando as variáveis na mesma ordem. Diminuiu de importância, quando se considera quer o volume de negócios, quer o valor acrescentado bruto, passando a representar nos dois casos cerca de 61,5% do total de cada uma dessas variáveis, quando em 2009 o setor valia um pouco mais de 62,0%, também para os dois casos. Intra-área, o setor do comércio é maioritário, seja qual for a variável considerada (a sua importância relativa é superior a 20,0% do total das atividades consideradas e a pelo menos 30,0% do total dos serviços, exceto no caso da variável número de empresas), muito embora se tenha verificado uma diminuição do seu peso face

ao ano de 2005. Em contrapartida, e comparando com o mesmo ano, os setores de Eletricidade, Gás e Água, e os Outros Serviços (prestados às empresas, imobiliários, de saúde e de educação, entre outros) foram os que apresentaram os maiores aumentos de importância relativa, quando tomando como referencial o volume de negócios ou o valor acrescentado bruto. As indústrias transformadoras continuam a ter um papel de relevo, dado o peso de mais de 20,0% avaliado também pelo volume de negócios ou pelo VAB (Gráfico 25), muito embora também tenham diminuído de importância face ao resultado de 2005 (em termos de VAB a redução foi de 2,7 p.p.).

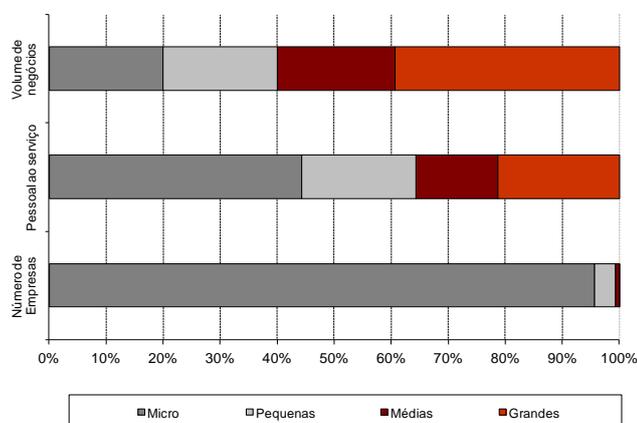
Gráfico 25 – Estrutura empresarial por atividades em 2010



Por outro lado, a estrutura produtiva continua a ser bastante determinada pela importância relativa das pequenas e médias empresas. Em termos gerais, a dimensão média das empresas em 2010 aumentou ligeiramente, para 3,4 pessoas ao serviço. A proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (micro empresas) no total das empresas foi na ordem de 95,6%, abrangendo 44,3% do pessoal ao serviço e cerca de 1/5 quer do volume de negócios, quer do VAB, representando um pouco mais de 29,0% da FBCF efetuada pelas empresas não financeiras (neste último caso, tendo aumentado cerca de 3,4 p.p. face ao resul-

tado de 2009). Alargando às empresas com menos de 50 pessoas ao serviço (pequenas empresas), verifica-se que este conjunto representou mais de 99,0% do número de empresas, a que correspondeu uma proporção ligeiramente superior a 64,0% do número de pessoas ao serviço e mais de 40,0% tanto do volume de negócios como do VAB, e cerca de 46,0% do total da FBCF efetuada (Gráfico 26).

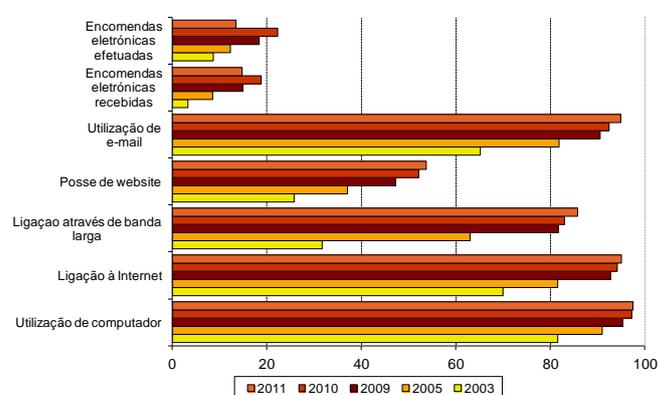
Gráfico 26 – Estrutura empresarial por tipo de empresa em 2010



No que se refere à utilização de TIC, manteve-se a tendência para a sua difusão generalizada. De acordo com o Inquérito às empresas sobre esta matéria, a proporção de empresas dispendo de computadores em 2011 foi de 97,5%, um pouco mais do que a proporção registada no ano precedente, cerca de 6,5 p.p. mais do que em 2005. Por outro lado, 95,0% das empresas dispunha de acesso à *internet* (mais 0,9 p.p. do que em 2009), sendo que 85,7% do total poderia aceder através de banda larga, no primeiro caso, traduzindo um ganho de 0,9 p.p., no segundo caso um ganho de 2,7 p.p.; relativamente a 2005, os ganhos foram mais pronunciados, de 13,5 p.p. e de 22,7 p.p., para o acesso à *internet* e ligação por banda larga, respetivamente. Refira-se ainda a proporção de empresas dispendo de

websites próprios, que em 2011 foi de 53,7%, o que compara com a percentagem de 37,1% ocorrida em 2005. Já no que se refere ao comércio eletrónico, verificou-se um retrocesso apreciável face ao ano anterior, a avaliar quer pela percentagem de empresas que recebeu, quer pela que efetuou encomendas por via eletrónica (reduções na ordem 4,0 p.p. e de 8,8 p.p., respetivamente); ainda assim, estas proporções mantiveram-se acima das registadas em 2005 (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Utilização de TIC (% de empresas)



Comércio Internacional

Em 2011 o grau de abertura da economia portuguesa, medido pelo rácio entre o valor da soma das exportações e das importações de bens e o valor do PIB, a preços correntes, foi 60,5%, o que representa um aumento de 4,4 p.p. relativamente ao que se verificara no ano precedente. Por seu turno, a taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 77,3%, mais 8,9 p.p. do que em 2010. Os comportamentos destes indicadores em 2011 estão associados a um forte abrandamento das importações, dada a quebra da procura interna, à manutenção de um crescimento elevado do valor das exportações, bem como de uma quebra do PIB a preços correntes. No caso do grau de abertura ao exterior é aparente uma tendência de

aumento, ainda que com alguma irregularidade, enquanto no caso da taxa de cobertura a evolução tem sido oscilatória e contra cíclica.

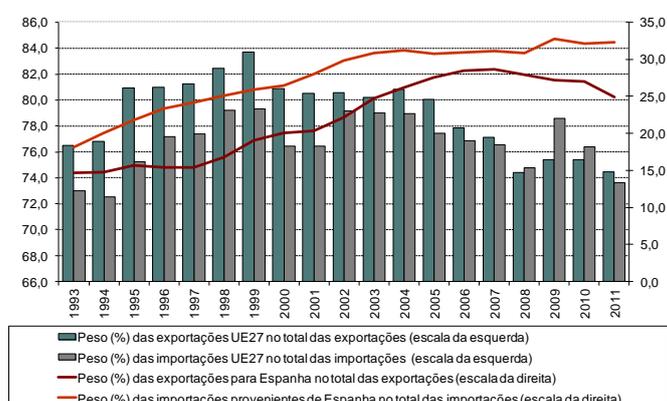
As evoluções dos fluxos comerciais foram bastante diferenciadas. Nas importações, a taxa de variação do valor deste fluxo reduziu-se em cerca de 13,0 p.p., passando de 14,0% em 2010 para 1,3% em 2011. As exportações voltaram a apresentar um crescimento elevado, de 14,5%, após a taxa de variação de 16,9% registada em 2010.

Cerca de ¾ do valor das exportações teve como destino a União Europeia (UE27), mas este valor traduz uma mudança no sentido da diversificação dos parceiros comerciais, embora esteja relativamente estabilizado desde 2008. Com efeito, a importância do comércio intracomunitário foi aumentando entre 1993 e 1999, ano em que o peso deste espaço atingiu a sua máxima importância relativa, com 83,7% do total das exportações, vindo a decair a partir daí, com uma diminuição brusca de 2007 para 2008 na ordem de cerca de 3,0 p.p, rondando entre 74,0% e 75,5% desde então. Nas importações a tendência tem sido mais irregular, embora se tenha passado de um máximo de 79,0% do total das importações em 1999 para 73,6% em 2011. Intermediamente, porém, foram ocorrendo aumentos significativos desta proporção, sendo que o mais recente foi em 2009, em que as importações intracomunitárias representaram 78,6% do total.

Os três mais importantes mercados de destino continuaram a ser Espanha, Alemanha e França, que representaram 50,6% do valor total das exportações (menos 0,8 p.p. do que em 2009). Destes, o mercado espanhol voltou a diminuir de importância relativa (-1,6 p.p., depois de ter diminuído -0,7 p.p. em 2009), continuando

do embora a ser de longe o principal mercado (representou 24,9% do total, enquanto os pesos da Alemanha e da França se situaram em 13,0% e em 12,2%, respetivamente, e em ambos os casos tenham aumentado marginalmente de importância face a 2010). Considerando, adicionalmente, o Reino Unido, Angola, Itália, E.U.A. e os Países Baixos, o conjunto destes oito parceiros concentrou 79,8% do valor total das exportações em 2010 (voltando a diminuir -3,5 p.p., após a redução de -2,6 p.p. em 2010) (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Indicadores de Comércio Internacional (%)



A estrutura do comércio por classificação económica tem sofrido algumas alterações, em ligação com o enquadramento externo e a conjuntura nacional. Do lado das exportações, há a assinalar o aumento do peso dos combustíveis e lubrificantes, bem como do material de transporte e acessórios, enquanto os bens de consumo diminuíram de importância (redução de 3,7 p.p. face a 2009, passando para 28,3%). Os bens intermédios aumentaram em 2011, alcançando o peso de 35,4%, quando tinham praticamente estabilizado em torno de 33,0% em 2010. Nas importações, o aumento mais evidente encontrou-se nos combustíveis e lubrificantes, seguindo-se os bens intermédios, enquanto as diminuições se situaram no material de transporte e nas máquinas e outros bens de capital e

nos bens de consumo, sendo de notar que a maior diminuição face a 2009 se deu nas máquinas e outros bens de capital.

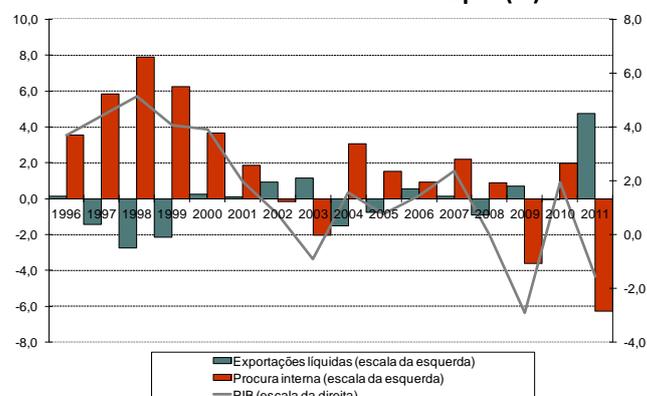
Contas Nacionais

Em 2011 o PIB diminuiu à taxa de -1,6%, ao contrário do que se verificara no ano precedente, em que se registara uma variação de 1,9%, um dos aumentos mais significativos posteriores a 2000. A quebra de 2011 ficou a dever-se à contribuição fortemente negativa da procura interna, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo bastante positivo. Com efeito, nesse ano a despesa de consumo final por parte das famílias sofreu uma contração de -3,8%, o que representou uma redução de 6,4 p.p. relativamente ao crescimento que se verificara no ano precedente. Esta evolução, por seu turno, esteve associada à forte diminuição das despesas em bens de consumo duradouro das famílias, na ordem de -18,5%, bem como das despesas em bens correntes não alimentares e em serviços, em -2,7%, enquanto o consumo de bens alimentares apresentou uma variação nula. A despesa de consumo final por parte das Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias e das Administrações Públicas no seu conjunto diminuiu em -4,2%, após a estagnação registada em 2010. Acresce que a Formação Bruta de Capital se contraiu em 13,8%, em resultado de evoluções negativas em todas as suas componentes, sendo de registar que a média das taxas de variação da FBC entre 2001 e 2011 foi de -3,5%. A procura externa em termos líquidos contrabalançou em parte o efeito recessivo da procura interna. Por um lado, o volume das importações diminuiu, dada a contração da procura interna, o que, em combinação com

a sua importância relativamente ao PIB permitiu uma contribuição positiva de cerca de 2,5 p.p.. Adicionalmente, as exportações cresceram a um ritmo superior a 7,0%, contribuindo assim com 2,3 p.p. para a evolução do PIB.

O período delimitado pelos anos de 1995 e de 2010 pode ser dividido em duas partes segundo o grau de dinamismo económico: uma, situada entre 1995 e 2001, na qual se verificou um intenso crescimento do PIB, a uma taxa média de 3,9%, muito embora em desaceleração nos dois últimos dois anos deste período; a outra, desde 2002, de muito moderado crescimento, na ordem de 0,3%, e que compreende três situações recessivas de 2003, de 2009 e de 2011 (Gráfico 29).

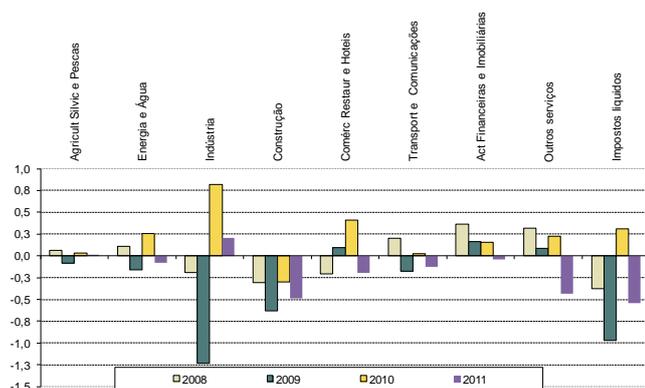
Gráfico 29 – Contributos da despesa (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)



Do lado da oferta, as evoluções mais desfavoráveis em 2011 situaram-se na energia e água, na construção e na área dos serviços, que no seu conjunto contribuíram com cerca de -1,6 p.p., sendo ainda de destacar a contribuição negativa dos impostos líquidos de subsídios sobre os produtos (nos quais se inclui o IVA). Inversamente, os ramos da agricultura, silvicultura e pesca e da indústria continuaram a apresentar evoluções positivas, ainda que em clara desaceleração face à variação de 2011: no primeiro, a taxa de 0,6% compara com a

de 1,6%, de 2011 e de 2010, respetivamente; no caso da indústria a comparação é entre 1,7% e 7,0%, para os mesmos anos e pela mesma ordem (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Contributos da oferta (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)



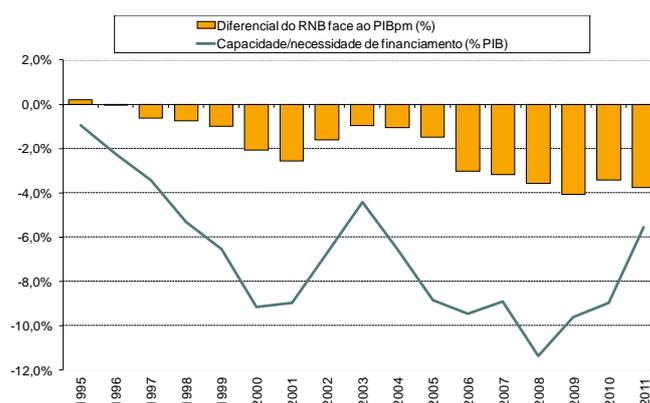
Embora a separação entre períodos de crescimento forte e moderado, até 2002, e daí até 2011, respetivamente, seja perceptível na generalidade dos ramos de produção, constata-se que o sector dos serviços foi apresentando um crescimento médio superior aos da indústria e da agricultura. Associado a este dinamismo, registou-se um aumento do preço relativo dos serviços. Os efeitos volume e preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura. Em 1995 estes dois ramos representavam um pouco mais de 21,0% no PIB a preços correntes, enquanto em 2011 representaram 14,5%. Para os mesmos anos, os serviços tinham a importância de 57,8% e de 64,5%, respetivamente.

A necessidade líquida de financiamento (equivalente ao saldo global das balanças corrente e de capital), medida pelo rácio com o PIB, foi aumentando ao longo do período entre 1995 e 2001 atingindo um patamar de aproximadamente -9,0%, ficando os movimentos a partir daí condicionados pelas situações recessivas.

Assim, em 2003, registou-se uma melhoria da necessidade líquida de financiamento, mas em seguida retornou-se para o patamar de -9,0% e mais recentemente têm-se registado melhorias, atingindo-se em 2011 um rácio na ordem de -5,6%.

Os défices sistemáticos das balanças corrente e de capital foram agravando a posição de Investimento Internacional (valor do stock de ativos líquidos sobre o exterior) e impondo uma deterioração da balança de rendimentos primários (diferença entre os rendimentos recebidos e pagos ao exterior). Em 2009 o valor negativo deste saldo representou 4,1% do PIB, culminando um continuado agravamento desde 2006, e impondo uma diferença do mesmo montante entre o PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB). Em 2010, registou-se uma melhoria deste saldo, que se situou em -3,4%, mas em 2011 verificou-se novo agravamento, para -3,8% (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Diferencial entre RNB e PIBpm e % da Necessidade de financiamento no PIBpm

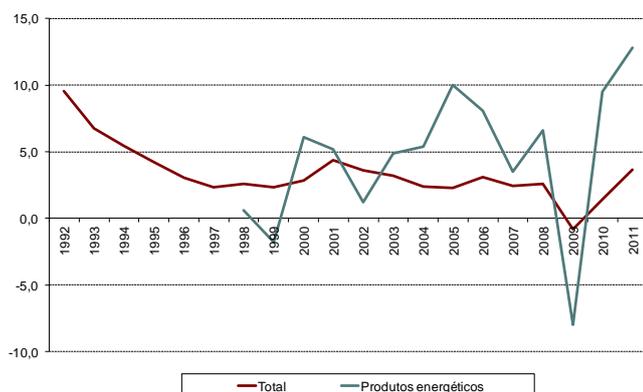


Preços

Os preços, quando avaliados pelo IPC, aceleraram face a 2010. Nesse ano, a taxa média de variação foi de 1,4% enquanto em 2011 se situou em 3,7%. As classes que registaram acelerações mais acentuadas foram a

de bebidas alcoólicas e tabaco (quase 8,0 p.p.) e também as de saúde, transportes e comunicações (entre 4,0 e 5,0 p.p.). A classe de vestuário e calçado foi a única a apresentar uma variação negativa, à semelhança do que já se verificara dos dois anos anteriores (Gráfico 32).

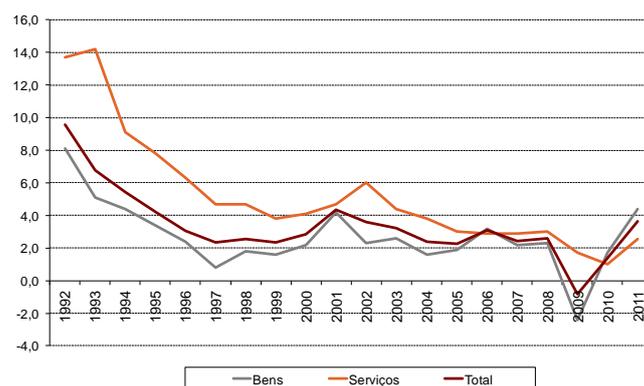
Gráfico 32 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total e do IPC dos produtos energéticos



Para a aceleração do IPC contribuíram fatores principalmente ligados ao lado da oferta. Por um lado, registaram-se alterações na estrutura de impostos, nomeadamente, a taxa normal do IVA aumentou em janeiro de 2011 de 21,0% para 23,0%, e em outubro a taxa sobre a eletricidade e o gás natural passou de 6,0% para 23,0%. Estima-se que o impacto mecânico destas alterações sobre a taxa média de variação do IPC tenha sido na ordem de 1,3 p.p. Por outro lado, verificou-se uma aceleração do deflator das importações, superior à registada no deflator das exportações, pelo que houve uma deterioração dos termos de troca. Para o crescimento mais intenso dos preços das importações contribuiu significativamente a evolução dos preços de petróleo e seus derivados, sobretudo na primeira metade do ano, verificando-se em seguida uma estabilização num patamar elevado. Inversamente, a evolução dos custos unitários em trabalho por unidade pro-

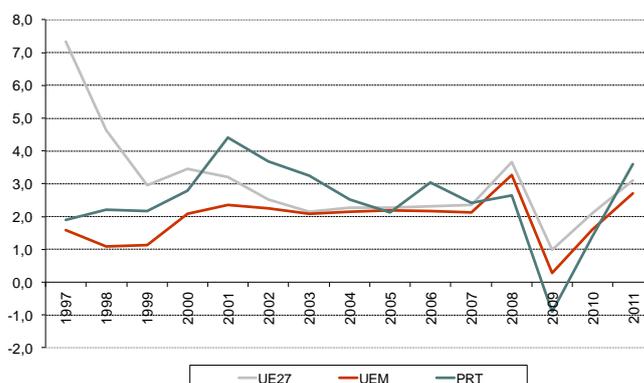
duzida apresentou uma quebra mais acentuada do que no ano de 2010, embora tendo esta sido muito condicionada pelo comportamento das remunerações na Administração Pública (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total, do IPC de bens e do IPC de serviços



A taxa de variação média anual do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), indicador de referência para comparações da inflação entre os países da União Europeia, situou-se em 3,6% (mais 2,2 p.p. do que no ano anterior). Tomando as evoluções correspondentes tanto na UE27 como na área do Euro, a diferença entre a taxa de inflação média portuguesa e a observada nos dois grupos foi positiva em 2011 (0,9 p.p.), contrariamente ao que sucedera nos três anos anteriores (Gráfico 34).

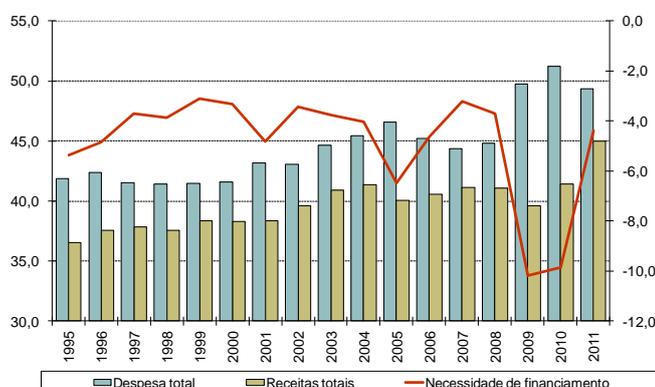
Gráfico 34 – Taxas de inflação anual (%) na UE27, na UEM e em Portugal (IHPC)



Administrações Públicas

A necessidade líquida de financiamento das Administrações Públicas, na ótica de contabilidade nacional, foi de 4,4% do PIB em 2011, o que representou um novo desagravamento, na ordem de 5,5 p.p.. Esta evolução refletiu os efeitos conjugados de um aumento das receitas totais em 3,6 p.p. e de uma diminuição das despesas totais em 1,9 p.p. (Gráfico 35).

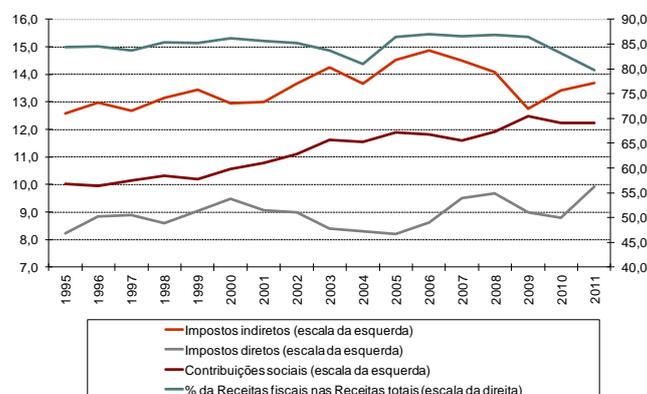
Gráfico 35 – Receitas, despesas e Necessidade de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)



O aumento das receitas deveu-se quer ao aumento das receitas correntes, nas quais se destacam as receitas fiscais, quer ao aumento das receitas de capital, nas quais se destacam as transferências de capital, nomeadamente a que está associada à transferência do fundo de pensões de instituições financeiras para as Administrações Públicas, que representou cerca de 3,5% do PIB. No seu conjunto, as receitas de capital representaram cerca de 4,4% do PIB, o que traduz um aumento de pouco menos de 1,8 p.p. face ao ano precedente. No que se refere às receitas fiscais, verificou-se um aumento significativo do seu peso, tendo alcançado o nível máximo desde 1995, na ordem de 35,9% do PIB (mais 1,4 p.p. do que em 2010). A carga fiscal apresentou uma tendência de aumento até 2008, verificando-se em seguida uma estabilização nos dois anos seguin-

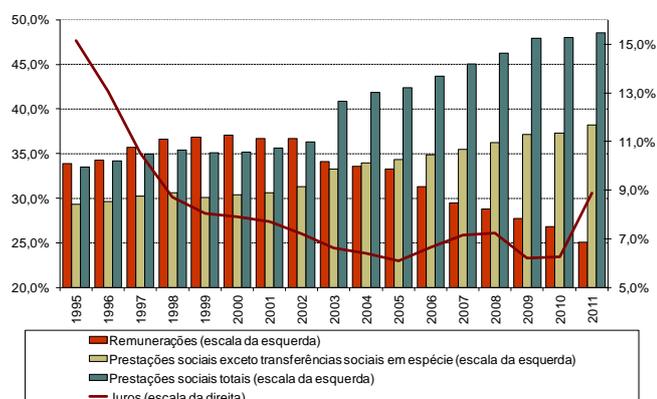
tes num patamar menos elevado e o referido aumento em 2011 (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das receitas fiscais no total de receitas



A diminuição do rácio das despesas totais, invertendo a tendência verificada nos quatro anos anteriores, ficou a dever-se aos comportamentos no mesmo sentido da despesa corrente e da despesa de capital. No caso das despesas correntes, há a considerar a redução das despesas com pessoal (-0,8 p.p.), resultante do efeito continuado da alteração da composição das despesas públicas em saúde, devido à transformação de hospitais das Administrações Públicas em hospitais EPE (menos remunerações, mais pagamentos de serviços prestados), bem como à diminuição da remuneração média. Nas outras parcelas, cabe destacar o caso das prestações sociais em espécie (-0,2 p.p.), bem como das outras despesas correntes (-0,6 p.p.), nas quais se incluem parte das despesas de consumo final, outras transferências correntes e despesas de consumo intermédio. No seu conjunto, a despesa corrente primária diminuiu em -1,4 p.p., enquanto os juros aumentaram em 1,1 p.p., passando a representar cerca de 4,0% do PIB. As despesas de capital representaram também 4,0% do PIB, após a diminuição em -1,6 p.p. registada em 2011 (Gráfico 37).

Gráfico 37 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais na despesa corrente total



A dívida pública manteve a trajetória ascendente, após a relativa estabilização entre 2006 e 2008, tendo passado para 108,1% do PIB, o que representou um agravamento de 14,5 p.p. relativamente a 2010.

Anuário Estatístico de Portugal 2011.

Informação disponível até 30 de setembro, 2012,

incorporando a revisão das contas nacionais de dezembro de 2012